



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL - SR/PF/RS

ETP - Estudo Técnico Preliminar Contratação Nº 60082077/2025-SR/PF/RS

Processo nº 08430.009938/2024-12

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de seleção de proposta para escolha de área mínima 408,00 m² (quatrocentos e oito metros quadrados) situada Shopping, na cidade de Porto Alegre/RS, através de comodato, a fim de atender as instalações e funcionamento de novos postos de atendimento de Polícia Administrativa da sede da Superintendência da Polícia Federal no Rio Grande do Sul (SR/PF/RS). Compreendendo a disponibilização gratuita do ambiente de atendimento e da infraestrutura e serviços necessários para plena operação das atividades de atendimento do público requerente de passaporte e estrangeiros, especificamente, dos espaços físicos das unidades:

- 1.1.1. NUPAS/DELEMIG/DREX/SR/PF/RS, Núcleo de Passaportes da Delegacia de Imigração.
- 1.1.2. NRE/DELEMIG/DREX/SR/PF/RS, Núcleo de Registro de Estrangeiros da Delegacia de Imigração.
- 1.1.3. SINARM/DELEAQ/DREX/SR/PF/RS, Sistema Nacional de Armas da Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos.

1.2. Considerando que a sede da Superintendência da Polícia Federal no Rio Grande do Sul (SR/PF/RS) atende, em média, 515 requerentes e retirantes diários na atividade de expedição de passaporte e 150 estrangeiros para registro e emissão de documentos, a criação de um novo Posto de Atendimento de Polícia Administrativa em Shopping visa manter a qualidade do atendimento aos usuários em virtude da quantidade de facilidades, utilidades e comodidades ofertadas pelos Shopping que não estão presentes nas instalações da Polícia Federal. Além disso, esta estrutura tende a otimizar recursos e minimizar custos da Administração Pública. Além disto, estima-se que serão atendidos no SINARM e CACs (cadastro de atiradores e colecionadores) 65 pessoas por dia. Totalizando 733 pessoas por dia, nesta futura unidade de atendimento.

1.3. A criação de um novo Posto de Atendimento de Polícia Administrativa em um Shopping busca manter e aprimorar a qualidade do atendimento aos usuários, aproveitando as facilidades, utilidades e comodidades inerentes a esses empreendimentos, que não estão presentes nas instalações atuais da Polícia Federal. Além disso, esta estrutura visa otimizar recursos e minimizar custos para a Administração Pública, e a gratuidade da cessão, juntamente com a absorção de despesas operacionais pelo comodante, configura uma medida de sustentabilidade econômica que contribui para a eficiência na gestão dos recursos públicos.

- 1.4. Para elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, foram empregadas informações dos seguintes documentos:
- 1.4.1. Plano 008/2023 (29262672), PLANO DE NECESSIDADES DA NOVA SEDE DA SR/PF/RS em sua versão final, SEI 08430.012852/2022-13.
 - 1.4.2. Relatório dos espaços físicos da sede da SR/PF/RS para 2024 (37491188), SEI 08430.003303/2024-10.
 - 1.4.3. Planilha Dados IPA - referência: dez/2023 (Final) (34145024), SEI 08211.000364/2024-00. Em função do estado de calamidade devido às enchentes, optou-se por empregar o número de passaportes emitidos em 2023.
 - 1.4.4. Informação 34860224 e Despacho 35287946, Acréscimo de efetivo necessário às novas funções relacionadas aos CAC's, SEI 08430.002854/2024-58 CACs.
 - 1.4.5. SEI 08430.009126/2024-77, Licitação: Aquisição em ARP – Participante, contratação de terceirizados para atendimento aos CACs.
 - 1.4.6. Planilha quantitativo de terceirizados (38820124), SEI 08430.009617/2024-18.
 - 1.4.7. Plano 011 Plano de necessidades de PA para SR/PF/RS (39323521).
 - 1.4.8. Despacho (40733689) GTED/SELOG/SR/PF/RS.
 - 1.4.9. Requisitos de Informática (40835481) NTI/SELOG/SR/PF/RS.
 - 1.4.10. Parecer n. 00836/2025/CGSEM-EST/SCGP/CGU/AGU (47186371).

1.5. O planejamento desta contratação é regido pela Lei n. 14.133/2021, essencial e indispensável para a gestão eficiente dos recursos públicos e a obtenção de contratações satisfatórias e bem executadas. Nesse contexto, informa-se que a equipe de planejamento manifesta ciência e integral observância ao Instrumento de Padronização dos

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A necessidade da presente contratação está caracterizada pelo Documento de Formalização da Demanda (40470599) e pelo Plano 011 - Plano de necessidades de PA para SR/PF/RS (39323521), que apontam para a urgência em obter uma área mínima de 408,00 m² em shopping na cidade de Porto Alegre/RS, por meio de comodato. Essa área será utilizada para as instalações e funcionamento dos novos NUPAS e NRE (com 287 m²) e do SINARM, incluindo o futuro atendimento aos CACs (com área mínima de 100 m²), além de uma área dedicada à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de, no mínimo, 21 m².

2.2 A busca por essa nova estrutura se justifica por:

2.2.1 Diretrizes Governamentais. Alinhamento com as diretrizes do Governo Federal para a melhoria contínua do atendimento ao cidadão, buscando maior efetividade e agilidade na prestação de serviços públicos, o que representa um ganho social sustentável ao facilitar o acesso a serviços essenciais. Considerando os compromissos da Polícia Federal com atendimento ao Cidadão, e o objetivo de proporcionar maior efetividade, agilidade e melhoria contínua na prestação de serviços aos cidadãos.

2.2.2 Volume de Atendimentos. A crescente demanda por serviços de expedição e entrega de passaportes, registros migratórios e controle de armas exige a expansão da capacidade de atendimento da Polícia Federal, garantindo a continuidade e a eficiência dos serviços públicos a longo prazo.

2.2.3 Otimização da Localização. A localização estratégica de shoppings em Porto Alegre/RS, geralmente em áreas de fácil acesso e próximas à sede da SR/PF/RS, proporciona maior comodidade e acessibilidade para o público, reduzindo deslocamentos e, conseqüentemente, impactos ambientais associados ao transporte.

2.2.4 Conforto e Qualidade do Atendimento. A estrutura dos shoppings oferece um ambiente mais confortável e seguro para os cidadãos, com maior fluxo de pessoas e acesso a serviços adicionais (estacionamento, alimentação etc.), contribuindo significativamente para a melhoria das condições de serviço e a experiência do usuário. Isso reforça o aspecto social da sustentabilidade, ao promover o bem-estar da população.

2.2.5 A realização da cessão em comodato para atender as instalações de um novo Posto de Atendimento de Polícia Administrativa visa diretamente o conforto do cidadão requerente de passaporte, registros migratórios e controle de armas, bem como a otimização operacional e a redução de custos para a Administração, dada a gratuidade da cessão e a absorção de despesas operacionais pelo Comodante.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a efetivação da cessão em comodato e instalação do novo Posto de Atendimento, são estabelecidos os seguintes requisitos essenciais:

3.1.1. Conformidade Legal e Editalícia. Estrita observância às disposições do Edital de Chamamento Público e seus anexos, bem como à legislação aplicável à matéria.

3.1.2. Responsabilidade do Comodante. O comodante deverá responsabilizar-se por eventuais falhas na execução do serviço e na disponibilização da infraestrutura, conforme acordado.

3.1.3. Prazo e Início. Iniciar a cessão e disponibilizar a área na data fixada pela Contratante, em conformidade com o cronograma estabelecido.

3.1.4. Critérios de Seleção. Atendimento integral aos critérios de seleção estabelecidos no Projeto Básico e demais documentos complementares.

3.1.5. Adequações Estruturais. A cessão do espaço físico pelo shopping deverá incluir as adequações e infraestruturas requeridas no Projeto Básico para o pleno funcionamento das unidades da Polícia Federal (NUPAS, NRE, SINARM e TIC).

3.1.6 Obrigações Contratuais. Cumprir todas as obrigações estipuladas para o comodante durante a vigência contratual, incluindo, mas não se limitando, à disponibilização do serviço de apoio inicial ao público.

4. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO E DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

- 4.1. Com base na necessidade da Administração e na análise de mercado, a melhor solução identificada é o credenciamento de shoppings na cidade de Porto Alegre/RS, conforme os critérios estabelecidos no Projeto Básico.
- 4.2. A escolha de um shopping como local para o novo posto de atendimento é fundamentada nas seguintes vantagens.
- 4.2.1 Comodidade e Conveniência. Shoppings oferecem um ambiente com maior conforto, estacionamento, segurança e acesso a uma variedade de serviços adicionais, proporcionando uma experiência aprimorada para o cidadão.
- 4.2.2 Segurança. A infraestrutura de segurança já existente nos shoppings contribui para um ambiente mais seguro tanto para os usuários quanto para os servidores da Polícia Federal.
- 4.2.3 Fluxo de Pessoas. O alto fluxo de pessoas nos shoppings facilita o acesso da população aos serviços da Polícia Federal, ampliando a capilaridade do atendimento.
- 4.2.4 Otimização da Estrutura. A estrutura física já existente em shoppings minimiza a necessidade de grandes investimentos em obras e infraestrutura por parte da Administração Pública, concentrando esforços na adequação do espaço.
- 4.3. Definida essa linha de atuação, foram estabelecidos critérios mínimos de aceitação do espaço a ser cedido compreendendo as partes estruturais e lógicas necessárias para o funcionamento para o Posto de Atendimento de Polícia Administrativa da sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, abarcando NUPAS, NRE e SINARM (e futuro atendimento aos CAC's).

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 5.1. A solução proposta neste estudo consiste na cessão de espaço físico por parte do shopping vencedor do credenciamento, para a instalação e o funcionamento do novo Posto de Atendimento de Polícia Administrativa da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul.
- 5.2. As especificações detalhadas do espaço, incluindo a capacidade de alocação de estações de atendimento e demais requisitos técnicos, encontram-se pormenorizadas no Projeto Básico.
- 5.3. Adicionalmente, o Posto de Atendimento deverá contar com um serviço de apoio ao atendimento inicial acessório ao público, a ser fornecido pelo COMODANTE, com funcionamento de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, das 07:00h às 19:00h. Este serviço será fundamental para orientar os usuários e otimizar o fluxo de atendimento.

6. DA ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

- 6.1. Área a ser cedida:
- 6.2. A área mínima de 408,00 m² (quatrocentos e oito metros quadrados) situada Shopping, na cidade de Porto Alegre/RS, a fim de atender as instalações e funcionamento do novo Posto de Atendimento de Polícia Administrativa da sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul.
- 6.3. A área do Posto de Atendimento será dividida da seguinte forma:
- 6.3.1. Área destinada para o NUPAS/DELEMIG/DREX/SR/PF/RS, Núcleo de Passaportes da Delegacia de Imigração.
- 6.3.2. Área destinada para o NRE/DELEMIG/DREX/SR/PF/RS, Núcleo de Registro de Estrangeiros da Delegacia de Imigração.
- 6.3.3. Área destinada para o SINARM/DELEAQ/DREX/SR/PF/RS, Sistema Nacional de Armas da Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos.
- 6.3.4. Área destinada à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

7. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. A presente contratação será realizada em regime de comodato, o que implica na ausência de ônus financeiro direto para a Administração Pública em relação ao valor da cessão do espaço físico.

8. DA JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

- 8.1. O presente processo licitatório não requer parcelamento, uma vez que o seu objeto consiste na cessão de área.
- 8.2. Entende-se que a cessão deva ser realizada em um único momento, sem parcelamentos temporais e/ou espaciais, em virtude de:
- 8.2.1 Otimização Operacional. A cessão deve ser realizada em um único momento e em um único local para garantir a atuação coordenada e eficiente dos setores de NTI/SR/PF/RS e GTED/SELOG/SR/PF/RS. A preparação dos espaços de trabalho e a instalação da infraestrutura necessária para o funcionamento de todas as unidades (NUPAS, NRE, SINARM e TIC) ocorrerá de forma integrada e simultânea.
- 8.2.2 Minimização de Custos e Esforços. A divisão do objeto em parcelas distintas resultaria em uma sobrecarga desnecessária para os setores de apoio técnico e logístico da Polícia Federal, que atendem todas as unidades no Rio Grande do Sul. A unificação da cessão otimiza os recursos humanos e materiais envolvidos na implantação.

9. DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

- 9.1 A presente contratação está plenamente alinhada com o Plano Estratégico da Polícia Federal 2024-2027 ([PE 2024 a 2027](#)), contribuindo significativamente para que se atinja o objetivo estratégico de "*II- Servir à sociedade com excelência e transparência*".
- 9.2 Os fatores críticos de sucesso que esta iniciativa suporta incluem:
- 9.2.1 Infraestrutura adequada. Provisão de um ambiente moderno e funcional para a prestação de serviços.
- 9.2.2 Políticas corporativas. Concretização das diretrizes de modernização e aprimoramento do atendimento.
- 9.2.3 Valorização das pessoas. Melhoria das condições de trabalho para os servidores e do ambiente para os cidadãos.
- 9.2.4 Objetivos estratégicos. Contribuição direta para a consecução dos resultados esperados no PE 2024-2027.
- 9.2.5 Ampliar a credibilidade institucional. Demonstração do compromisso da Polícia Federal com a inovação e a qualidade no serviço público.

10. DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

- 10.1 Conforme estabelecido no Artigo 18, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação para a cessão da área e infraestrutura para o novo Posto de Atendimento de Polícia Administrativa da SR/PF/RS está sendo devidamente encaminhada para inclusão no Plano de Contratações Anual (PCA) da Polícia Federal.
- 10.2 Esta contratação assumiu o status de urgente quando da determinação da Presidência da República para que a fiscalização dos CACs passasse do Exército Brasileiro para a Polícia Federal, com a data prevista para 01/07/2025 para assumpção desta atribuição.
- 10.3 A inclusão desta demanda no PCA é um reflexo do planejamento estratégico e operacional da Superintendência, que identifica a necessidade de expansão e modernização dos seus serviços de atendimento ao público. A consolidação dessa contratação no plano anual garante a conformidade com as diretrizes da Nova Lei de Licitações e Contratos, assegurando a transparência, a eficiência e a economicidade dos procedimentos, além de reforçar o compromisso com a gestão pública eficiente e planejada.

11. DOS BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

- 11.1. Como já foi explicitado neste estudo, o principal resultado que se almeja alcançar com a solução proposta é a realização de cessão em comodato para atender as instalações do novo Posto de Atendimento de Polícia Administrativa da sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS. Isso proporcionará maior conforto e conveniência ao cidadão requerente de passaporte, de registros migratórios e de controle de armas bem como melhoria nas condições desses serviços.
- 11.2. É crucial ressaltar que, além de não gerar gastos diretos para a administração com o valor da cessão do espaço, essa medida acarretará benefícios econômicos indiretos significativos. Os gastos operacionais básicos, como os relacionados à energia elétrica, limpeza de banheiros e consumo de água, serão absorvidos pelo comodante, representando uma economia considerável para os cofres públicos.

12. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1 Para a efetivação da instalação e funcionamento do novo Posto de Atendimento, as seguintes providências serão de responsabilidade do shopping vencedor do credenciamento (COMODANTE):

12.1.1 Adequações Estruturais. Todas as providências relacionadas à parte estrutural do espaço cedido, conforme as especificações do Projeto Básico.

12.1.2 Custos de Adequação. Eventuais adequações do espaço físico para atender aos requisitos da Polícia Federal serão feitas às expensas do comodante.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. De modo a mitigar os possíveis impactos ambientais gerados pelo objeto do presente processo, o futuro comodato deverá observar e incentivar as seguintes práticas para mitigação, reforçando o compromisso com a sustentabilidade ambiental:

13.2. Uso Racional de Recursos: Priorizar o consumo racional de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas efetivas para evitar o desperdício de água tratada nas dependências do posto de atendimento. Isso inclui a utilização de equipamentos eficientes e a conscientização dos usuários e servidores.

13.3 Gestão de Resíduos: Implementar práticas de descarte adequado de resíduos, com foco na coleta seletiva, na reciclagem e na redução da geração de lixo, em conformidade com as políticas ambientais do shopping e as diretrizes de descarte sustentável.

13.4 Conscientização: Promover a conscientização ambiental entre os usuários e servidores sobre a importância do consumo consciente, da separação de resíduos e da sustentabilidade em geral, visando a mudança de hábitos e a criação de uma cultura mais sustentável.

13.5 Certificações e Boas Práticas: Incentivar que o shopping possua ou busque certificações de sustentabilidade ou que adote boas práticas de gestão ambiental em suas operações, contribuindo indiretamente para os objetivos de sustentabilidade da contratação.

14. DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1. Por todo o exposto e considerando a análise realizada, DECLARAMOS que a solução que melhor atende ao interesse público no caso concreto é a cessão de área em shopping, incluindo os serviços e demais adequações a serem providenciados pelo COMODANTE, para a instalação do Posto de Atendimento de Polícia Administrativa da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS, conforme especificações acima.

14.2. A viabilidade do comodato é plenamente confirmada, tendo em vista a clara necessidade administrativa da Polícia Federal em expandir e qualificar seu atendimento, aliada ao demonstrado interesse de shoppings locais em firmar este tipo de parceria, o que garante a obtenção de uma infraestrutura moderna e de fácil acesso sem ônus direto para a Administração.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) cumpre o Art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

15.1.1 Inciso I - Necessidade, requisitos, quantidades e valor: Seções 2, 3, 6 e 7. Detalha a necessidade da área de 408m² para novos postos (NUPAS, NRE, SINARM e TIC) e a ausência de custo por ser comodato.

15.1.2 Inciso II - Previsão no PCA. Seção 10. A inclusão no PCA da PF alinha a contratação ao planejamento e à urgência das atribuições dos CACs.

15.1.3 Inciso III - Requisitos: Seção 3. Define os critérios para o comodato e instalação do posto.

15.1.4 Inciso IV - Levantamento de mercado e justificativa da solução: Seção 4. Justifica shoppings em Porto Alegre/RS pelas vantagens de comodidade, segurança, fluxo e otimização.

15.1.5 Inciso V - Estimativa de valor: Seção 7. Não se aplica integralmente por ser comodato sem ônus financeiro direto. Benefícios econômicos são indiretos.

- 15.1.6 Inciso VI - Descrição da solução: Seção 5. Detalha a cessão do espaço pelo shopping. Manutenção implícita na responsabilidade do comodante.
- 15.1.7 Inciso VII - Justificativas para não parcelamento: Seção 8. A não divisão otimiza a operação, coordenação e minimiza custos.
- 15.1.8 Inciso VIII - Resultados esperados: Seção 11. Busca melhor conforto ao cidadão, otimização dos serviços e economia para a Administração.
- 15.1.9 Inciso IX - Providências da Administração: Seção 12 lista providências do comodante. As da PF são intrínsecas ao processo de gestão.
- 15.1.10 Inciso X - Contratações correlatas/interdependentes: Não identificadas no momento.
- 15.1.11 Inciso XI - Impactos ambientais: Seção 13. Aborda medidas mitigadoras como uso racional de recursos e gestão de resíduos.
- 15.1.12 Inciso XII – Sustentabilidade. Consulta e alinhamento com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU. As medidas adotadas incluem:
- 15.1.12.1 Sustentabilidade Econômica. A escolha do comodato (cessão gratuita) do espaço e a absorção dos custos operacionais (energia, água, limpeza) pelo shopping parceiro eliminam gastos diretos para a Polícia Federal, otimizando os recursos públicos.
- 15.1.12.2 Sustentabilidade Social. A localização em um shopping visa aprimorar o conforto, a segurança e a acessibilidade para os cidadãos, proporcionando um serviço público de maior qualidade.
- 15.1.12.3 Sustentabilidade Ambiental. O ETP exige e incentiva o uso racional de energia e água, a gestão adequada de resíduos (coleta seletiva e reciclagem) e a conscientização ambiental de usuários e servidores. Além disso, encoraja o shopping a buscar certificações e boas práticas de gestão ambiental.
- 15.1.12.4 Alinhamento Estratégico. O projeto contribui indiretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, como a melhoria da qualidade de vida (ODS 3) e a gestão pública eficiente (ODS 16).
- 15.1.12.5 Alinhamento com Agenda 2030 (ONU): Implícito, promovendo bem-estar, eficiência pública e sustentabilidade.
- 15.1.13 Inciso XIII - Análise de riscos e mitigação: Riscos de infraestrutura e serviços do comodante são considerados nas exigências (Seções 3 e 12) e condições da solução (Seção 5). Além disto, um novo Mapa de Riscos 60131315 foi elaborado e anexado a este processo. A fiscalização contínua será chave para mitigá-los.

RAFAEL SCORSATTO ORTIZ
Perito Criminal Federal
Supervisor da UGE/SR/PF/RS

TIAGO CARRARD CENTURIÃO
Agente Administrativo
SR/PF/RS

APROVO este Estudo Técnico Preliminar.

ALDRONEI ANTÔNIO PACHECO RODRIGUES
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul
SR/PF/RS



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL SCORSATTO ORTIZ, Perito(a) Criminal Federal**, em 26/05/2025, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO CARRARD CENTURIAO, Agente Administrativo(a)**, em 26/05/2025, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALDRONEI ANTONIO PACHECO RODRIGUES, Superintendente Regional**, em 26/05/2025, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=60082077&crc=037C7D6A.

Código verificador: **60082077** e Código CRC: **037C7D6A**.